

Entre a promessa e a prática: a flexibilização curricular das Eletivas de Base no Ensino Médio em Tempo Integral Gaúcho

Luiza Prates Fagundes; Mateus Gabriel Nieland; Sabrina Thalia Quoos;

O Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), em expansão no Rio Grande do Sul, é estruturado pela Lei nº 14.640/2023 em disciplinas obrigatórias e Itinerários Formativos, regulamentados pelo Referencial Curricular Gaúcho (RCGEM) e pelo Caderno de Eletivas de Base. As eletivas são componentes optativos, geralmente trimestrais, cuja oferta depende da disponibilidade de docentes e infraestrutura. Nesse contexto, a flexibilização curricular oscila, nos documentos oficiais, entre autonomia e protagonismo juvenil e desregulamentação, sobretudo quando sua efetivação é transferida a escolas com recursos escassos. Este trabalho analisa como essa flexibilização se materializou, entre 2024 e 2026, em uma escola estadual de tempo integral de Santa Cruz do Sul, investigando em que medida a diversidade de trajetórias anunciada pelo RCGEM se sustenta na prática. Trata-se de estudo de caso qualitativo que combina análise documental, entrevistas com docentes e mapeamento das eletivas ofertadas. A diversidade foi aferida pela forma de seleção das eletivas — individual ou coletiva —, de modo que os resultados expressam condições de oferta, não a experiência subjetiva de autonomia dos estudantes. Foram identificadas onze eletivas. No ciclo mais recente, ao menos duas passaram a ser definidas por votação da turma, substituindo a escolha individual adotada anteriormente. As entrevistas também revelaram dois casos de desvio de função, com docentes de Física e Educação Física responsáveis por uma eletiva de culinária, além de uma turma multisseriada do 1º ao 3º ano. Os achados indicam oscilação na autonomia: nos ciclos iniciais, a escolha individual favoreceu experiências de autoria, como uma eletiva de Língua Portuguesa que resultou em um livro de poesia dos alunos; posteriormente, a votação coletiva restringiu a personalização a uma decisão majoritária. Conclui-se que, embora apoiada na retórica do protagonismo, a flexibilização foi condicionada pela disponibilidade de professores, espaços e recursos, evidenciando a necessidade de ampliar o quadro docente e a infraestrutura escolar.